

O ambiente na Europa: Estado e perspectivas 2020

Sumário executivo



Fotografia da capa: © Simon Hadleigh-Sparks, My City/EEA

Advertência jurídica

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente as posições oficiais da Comissão Europeia ou de outras instituições da União Europeia. A Agência Europeia do Ambiente, ou qualquer pessoa ou empresa que atue em nome da Agência, não é responsável pela utilização que possa ser feita da informação contida no presente relatório.

Informação relativa aos direitos de autor

© Agência Europeia do Ambiente, 2019
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Estão disponíveis mais informações sobre a União Europeia na Internet (<http://europa.eu>).

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019

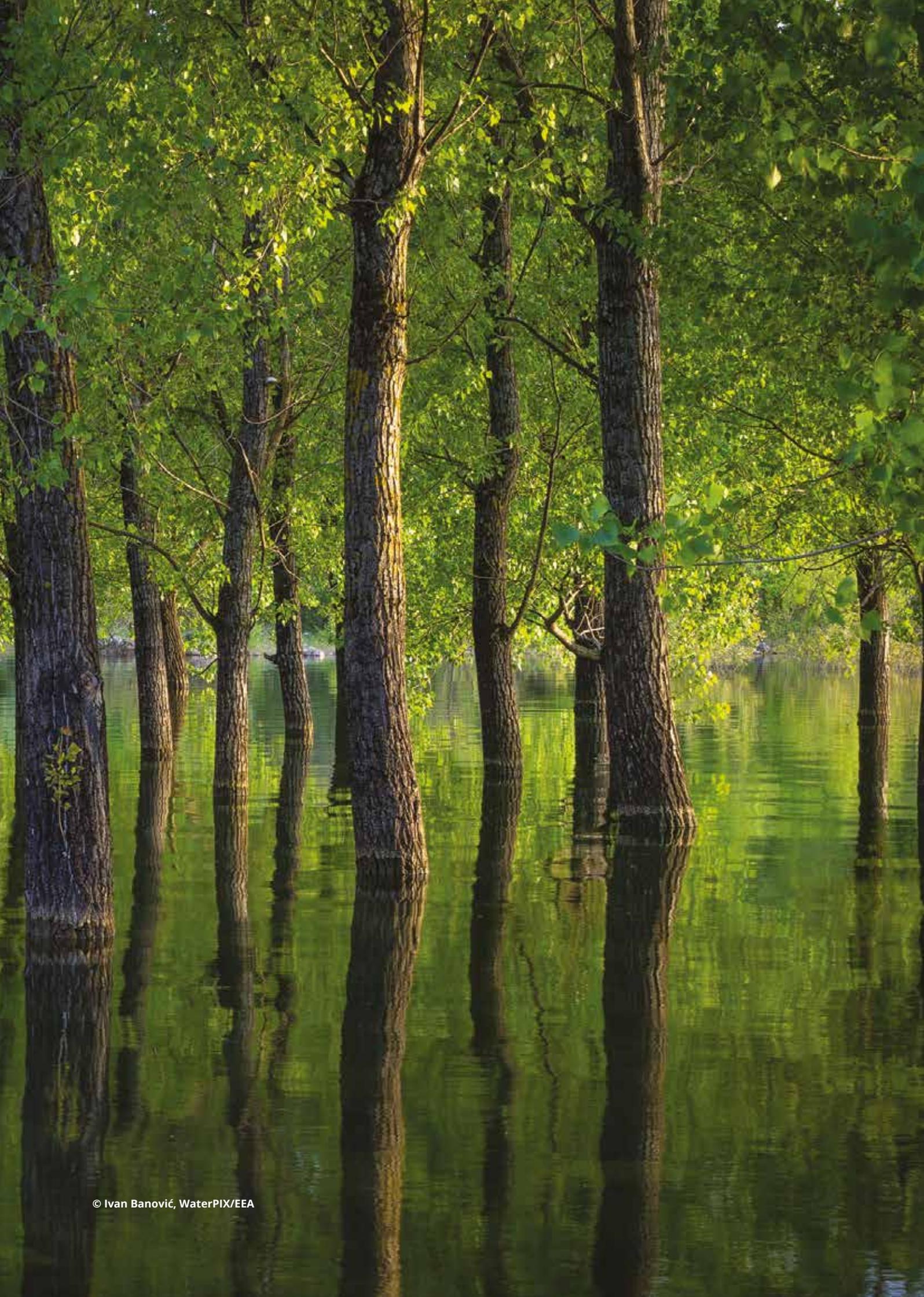
ISBN 978-92-9480-121-0
doi: 10.2800/542443

Agência Europeia do Ambiente
Kongens Nytorv 6
1050 Copenhagen K
Dinamarca

Tel.: +45 33 36 71 00
Internet: eea.europa.eu

O ambiente na Europa: Estado e perspectivas 2020

Sumário executivo



O desafio que define este século

O presente relatório sobre o ambiente na Europa – estado e perspectivas 2020 (SOER 2020) surge num momento crucial. Enfrentamos desafios urgentes de sustentabilidade que exigem soluções sistémicas urgentes. Esta é a mensagem inequívoca que é transmitida aos decisores políticos na Europa e a nível mundial. O grande desafio deste século é a forma como alcançamos o desenvolvimento em todo o mundo, mantendo equilíbrio entre as considerações sociais, económicas e ambientais.

Este é o 6º SOER publicado pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) e esta edição de 2020 identifica graves lacunas entre o estado do ambiente e as metas de política da UE a curto e longo prazo. As expectativas dos cidadãos de viverem num ambiente saudável têm de ser satisfeitas, o que exigirá uma atenção renovada à implementação enquanto pedra angular das políticas da UE e nacionais.

Dito isto, não temos apenas de fazer mais, temos também de fazer as coisas de forma diferente. Ao longo da próxima década, vamos precisar de respostas muito diferentes das apresentadas nos últimos 40 anos para os desafios ambientais e climáticos do mundo. Este relatório tem por objetivo fornecer uma base para as discussões sobre as políticas da Europa para 2030, incluindo as trajetórias até 2050 e mais além.

Estas políticas futuras devem basear-se nas respostas existentes aos nossos desafios ambientais e climáticos — o “acquis” — e têm também de responder ao conhecimento mais atual, que requer abordagens fundamentalmente diferentes — não só em termos *do que* precisamos de fazer, mas também de *como* precisamos de o fazer.

A mensagem de urgência não pode ser sobrestimada. Só nos últimos 18 meses, foram publicados importantes relatórios científicos globais (IPCC, IPBES, IRP e UNEP) ⁽¹⁾, todos contendo mensagens semelhantes: as trajetórias atuais são fundamentalmente insustentáveis; estas trajetórias estão interligadas e associadas aos nossos principais sistemas de produção e consumo; e o tempo para encontrar respostas credíveis para inverter esta tendência está a esgotar-se.

O apelo a transições fundamentais rumo à sustentabilidade nos sistemas centrais que moldam a economia europeia e a vida social moderna — em especial os sistemas energético, de mobilidade, de habitação e alimentar — não é novo. Na verdade, fizemos esse apelo nas edições de 2010 e 2015 do SOER, e nos últimos anos a UE incorporou esta ideia em importantes iniciativas políticas, tais como os pacotes da economia circular e da bioeconomia, as políticas climática e energética para 2030 e 2050, e o futuro programa de investigação e inovação. Além disso, a iniciativa de financiamento sustentável da UE é a primeira do seu género a colocar sérias questões sobre o papel do sistema financeiro na condução das mudanças necessárias.

No entanto, uma coisa é mudar o pensamento, outra é alcançar uma mudança real. Neste momento, o foco deve ser no alargamento, aceleração, agilização e implementação de muitas soluções e inovações que já existem — tanto a nível tecnológico como social — estimulando simultaneamente mais investigação e desenvolvimento, potenciando mudanças de comportamento e, vitalmente, ouvindo e envolvendo os cidadãos.

Não podemos subestimar a dimensão social. Existem apelos claros e compreensíveis para uma transição justa, na qual

⁽¹⁾ Relatórios sobre o aquecimento global de 1,5 °C, as alterações climáticas e os solos do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC); Relatório de Avaliação Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistémicos da Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistémicos (IPBES); Relatório sobre o panorama dos recursos globais do Painel Internacional de Recursos (IRP); Relatório sobre o panorama do ambiente mundial da ONU Meio Ambiente (6.ª ed.).

os potenciais perdedores de uma economia com baixas emissões de carbono recebem o devido apoio e atenção. A distribuição desigual de custos e benefícios decorrente das mudanças sistémicas é agora reconhecida pelos responsáveis políticos, mas requer um entendimento sólido, o envolvimento dos cidadãos e respostas eficazes.

Também não devemos ignorar os jovens da Europa. Cada vez mais se fazem ouvir para exigir uma resposta mais ambiciosa às alterações climáticas e à degradação ambiental. Se não conseguirmos mudar as tendências atuais durante a próxima década, ficará comprovado que os seus receios pelo futuro são bem fundados.

O SOER 2020 não fornece todas as respostas a estes desafios complexos. No entanto, é a avaliação integrada mais abrangente da AEA até à data e a primeira a abordar de forma rigorosa os nossos desafios sistémicos no contexto das transições de sustentabilidade que nós, enquanto sociedade, temos de fazer. Baseia-se em 25 anos de

experiência com dados, análises e políticas da UE, aproveitando o conhecimento da nossa rede singular de países membros europeus — a Eionet.

Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo. Estamos convencidos de que este relatório constitui uma fonte sólida e oportuna de conhecimento que pode orientar as discussões sobre as futuras políticas da UE em matéria de ambiente e clima e ajudar a moldar as respostas europeias à Agenda 2030 das Nações Unidas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Europa deve liderar a transição global para um ambiente saudável num mundo justo e sustentável. A ideia de um Acordo Verde Europeu — delineada como a prioridade número um das orientações políticas para a próxima Comissão Europeia 2019-2024 — pode proporcionar um excelente enquadramento para a ação, fazendo surgir os tipos de pensamento e de inovação baseados em sistemas necessários para alcançar esta transição e criar um futuro de que todos nos possamos orgulhar.



Hans Bruyninckx
Diretor Executivo, Agência Europeia do Ambiente



O SOER 2020 em síntese

Em 2020, a Europa enfrenta desafios ambientais de uma escala e urgência sem precedentes. Embora as políticas da UE em matéria de ambiente e de clima tenham proporcionado benefícios substanciais nas últimas décadas, a Europa enfrenta problemas persistentes em domínios como a perda da biodiversidade, a utilização de recursos, o impacto das alterações climáticas e os riscos ambientais que afetam a saúde e o bem-estar. As megatendências globais, como as alterações demográficas, estão a intensificar muitos desafios ambientais, ao mesmo tempo que a rápida mudança tecnológica traz novos riscos e incertezas.

Reconhecendo estes desafios, a UE comprometeu-se a atingir uma série de objetivos de sustentabilidade a longo prazo com o objetivo geral de “viver bem, dentro dos limites do nosso planeta”. Alcançar estes objetivos não será possível sem uma alteração rápida e profunda na natureza e ambição das respostas da Europa. A Europa precisa de encontrar formas de transformar os principais sistemas sociais que conduzem a pressões ambientais e climáticas e a impactos na saúde — repensar não só as tecnologias e os processos de produção, mas também os padrões de consumo e os modos de vida. Isto exigirá uma ação imediata e concertada, envolvendo diversos domínios políticos e atores de toda a sociedade, a fim de permitir uma mudança sistémica.

A Europa encontra-se numa conjuntura crítica em 2020. Os seus líderes têm agora oportunidades para moldar os desenvolvimentos futuros que não estarão à disposição dos seus sucessores. A próxima década será, portanto, de importância decisiva para determinar as oportunidades da Europa no século XXI.

Estas são, em suma, as conclusões gerais do relatório O Ambiente na Europa: estado e perspetivas 2020 (SOER 2020). O relatório apresenta uma avaliação abrangente do ambiente na Europa para dar apoio à governação e informar o público. Tal como todos os

relatórios da AEA, tem como base os trabalhos da Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente (Eionet) — uma parceria entre a AEA e os seus 33 países membros e seis países cooperantes.

Compreender o estado, as tendências e as perspetivas futuras do ambiente europeu exige uma abordagem integrada que reconheça os complexos fatores impulsionadores e implicações das alterações ambientais. O SOER 2020 oferece precisamente isso, apresentando o contexto global que molda o desenvolvimento na Europa (Parte 1), as tendências e perspetivas futuras ambientais e setoriais europeias (Parte 2) e os fatores que limitam ou facilitam mudanças transformadoras (Parte 3). Para concluir, são apresentadas, na Parte 4, reflexões sobre a forma como a Europa pode mudar a sua trajetória e alcançar um futuro sustentável.

O SOER 2020 identifica muitos desafios e barreiras. Mas também reconhece motivos de esperança. Os cidadãos europeus manifestam cada vez mais a sua frustração com as insuficiências governativas no que respeita ao ambiente e ao clima. O conhecimento sobre os desafios e as respostas sistémicas está a aumentar e cada vez mais se reflete nos quadros políticos da UE. Paralelamente, nos últimos anos têm surgido inovações a ritmo acelerado, incluindo novas tecnologias, modelos de negócio e iniciativas comunitárias. Algumas cidades e regiões estão a assumir a liderança em termos de ambição e criatividade, experimentando diferentes formas de viver e trabalhar e partilhando ideias através de redes.

Todos estes desenvolvimentos são importantes porque criam espaço para que os governos tragam uma nova escala de ambição às suas políticas, investimentos e ações. Simultaneamente, ajudam a aumentar a consciencialização, incentivando os cidadãos a repensar comportamentos e estilos de vida. A Europa tem de aproveitar estas oportunidades, utilizando todos os meios disponíveis para produzir mudanças transformadoras na próxima década.

O ambiente da Europa num contexto global em mudança

Os desafios ambientais e de sustentabilidade que a Europa enfrenta hoje têm origem em desenvolvimentos globais que se têm arrastado ao longo de várias décadas. Durante este período, a “grande aceleração” da atividade social e económica transformou a relação da humanidade com o ambiente. Desde 1950, a população mundial triplicou para 7,5 mil milhões; o número de pessoas que vivem nas cidades quadruplicou para mais de 4 mil milhões; a produção económica aumentou 12 vezes, acompanhada por um aumento semelhante da utilização de fertilizantes de azoto, fosfato e potássio; e o consumo de energia primária aumentou cinco vezes. Em termos prospetivos, esta evolução mundial deverá continuar a aumentar as pressões sobre o ambiente. Prevê-se que a população mundial cresça cerca de um terço, para 10 mil milhões, até 2050. Em termos globais, a utilização de recursos poderá duplicar até 2060, com um aumento na procura de água de 55 % até 2050 e um aumento na procura de energia de 30 % até 2040.

A grande aceleração trouxe sem dúvida grandes benefícios, aliviando o sofrimento e aumentando a prosperidade em muitas zonas do mundo. Por exemplo, a percentagem da população global que vive em pobreza extrema diminuiu acentuadamente — de 42 % em 1981 para menos de 10 % em 2015. No entanto, os mesmos desenvolvimentos causaram também danos generalizados nos ecossistemas. A nível mundial, cerca de 75 % do ambiente terrestre e 40 % do ambiente marinho estão hoje profundamente alterados. A Terra está a sofrer uma perda excepcionalmente rápida de biodiversidade e existem atualmente mais espécies ameaçadas de extinção do que em qualquer outro momento da história humana. Efetivamente, existem evidências de que está em curso uma sexta extinção em massa da biodiversidade.

Muitas das mudanças no sistema climático global observadas desde a década de 1950 são igualmente sem precedentes, ao longo de décadas e até milénios. Resultam em grande parte das emissões de gases com efeito de estufa provenientes de atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, a agricultura e a desflorestação.

Tanto direta como indiretamente, estas pressões estão a infligir enormes danos à saúde e ao bem-estar humanos. O peso global da doença e da morte prematura relacionada com a poluição ambiental é já três vezes superior ao da SIDA, tuberculose e malária em conjunto. Mas a continuação desta grande aceleração pode criar ameaças ainda mais extensas se as pressões precipitarem o colapso de ecossistemas como o Ártico, os recifes de corais e a floresta amazónica.

Este tipo de alterações súbitas e irreversíveis pode perturbar seriamente a capacidade da natureza de fornecer serviços essenciais, como disponibilizar alimentos e recursos, manter a água limpa e os solos férteis, e exercer um efeito amortecedor contra catástrofes naturais.

Enquanto pioneira da industrialização, a Europa desempenhou um papel central na configuração destas mudanças globais. Atualmente, continua a consumir mais recursos e a contribuir mais para a degradação ambiental do que muitas outras regiões do mundo. Para atingir estes níveis elevados de consumo, a Europa depende de recursos extraídos ou utilizados noutras partes do mundo, como água, terra, biomassa e outros materiais. Consequentemente, muitos dos impactes ambientais associados à produção e ao consumo europeus ocorrem fora da Europa.

Coletivamente, estas realidades constituem um desafio profundo para a Europa e para outras regiões do mundo. As atuais trajetórias de desenvolvimento social e económico estão a destruir os ecossistemas que, em última análise, sustentam a humanidade. Mudar para trajetos sustentáveis exigirá reduções rápidas e em grande escala das pressões ambientais, que vão muito além das atuais reduções.

O ambiente na Europa em 2020

À medida que a natureza e a escala dos desafios ambientais e climáticos globais se tornaram mais claras, os quadros políticos evoluíram. O quadro político da Europa em matéria de ambiente — o acervo ambiental — é cada vez mais moldado por visões e metas ambiciosas a longo prazo. A visão global do ambiente e da sociedade da Europa está definida no Sétimo Programa de Ação em matéria de Ambiente (7º PAA), que prevê que até 2050:

Vivemos bem, dentro dos limites ecológicos do planeta. A nossa prosperidade e a sanidade do nosso ambiente resultam de uma economia circular inovadora em que nada se desperdiça e em que os recursos naturais são geridos de forma sustentável e a biodiversidade é protegida, valorizada e recuperada de modo a reforçar a resiliência da nossa sociedade. O nosso crescimento de baixo carbono foi há muito dissociado da utilização dos recursos, marcando o ritmo para uma sociedade global segura e sustentável.

As políticas ambientais da UE são guiadas por três prioridades políticas temáticas no 7º PAA: (1) proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE; (2) tornar a UE numa economia de baixo carbono, eficiente na utilização dos recursos, verde e competitiva; e (3) proteger os cidadãos

da UE contra pressões e riscos para a sua saúde e bem-estar relacionados com o ambiente. Nos últimos anos, a UE adotou também uma série de políticas quadro estratégicas centradas na transformação da economia e de sistemas específicos da UE (p. ex., energia, mobilidade) de formas que proporcionem prosperidade e justiça, protegendo simultaneamente os ecossistemas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) complementam estas políticas, fornecendo uma lógica para mudanças transformadoras que tem em conta a interdependência das metas sociais, económicas e ambientais.

Numa perspetiva de visão europeia a longo prazo e metas de política complementares, é evidente que a Europa não está a fazer progressos suficientes na sua resposta aos desafios ambientais. As mensagens da avaliação do SOER 2020 sobre as tendências e perspetivas recentes são claras: as políticas têm sido mais eficazes na redução das pressões ambientais do que na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, bem como da saúde e do bem-estar humanos. Apesar dos êxitos da governação europeia em matéria de ambiente, subsistem problemas persistentes e as perspetivas para o ambiente na Europa nas próximas décadas são pouco animadoras (Quadro ES.1).

É evidente que o capital natural ainda não está a ser protegido, conservado nem reforçado em linha com as ambições do 7º PAA. São pequenas as percentagens de espécies (23 %) e de habitats (16 %) protegidos em estado de conservação favorável e a Europa não está no bom caminho para cumprir o seu objetivo global de travar a perda da biodiversidade até 2020. A Europa atingiu os seus objetivos quanto à designação de zonas terrestres e marinhas protegidas e algumas espécies recuperaram, mas a maioria dos outros objetivos não serão provavelmente alcançados.

As medidas de política orientadas para o capital natural têm proporcionado benefícios em algumas áreas, mas persistem muitos problemas e alguns estão a agravar-se. Por exemplo, a redução da poluição melhorou a qualidade da água, mas a UE está longe de alcançar um bom estado ecológico para todas as massas de água até 2020. A gestão dos solos melhorou, mas a fragmentação da paisagem continua a aumentar, causando danos nos habitats e na biodiversidade. A poluição do ar continua a afetar a biodiversidade e os ecossistemas, e 62 % da área dos ecossistemas da Europa está exposta a níveis excessivos de azoto, causando eutrofização. Espera-se que o impacto das alterações climáticas na biodiversidade e nos ecossistemas se intensifique, enquanto atividades como a agricultura, as pescas, os transportes, a indústria e a produção de energia continuarem a causar perda de biodiversidade, extração de recursos e emissões prejudiciais.

A Europa fez mais progressos no que respeita à eficiência na utilização dos recursos e à economia circular. O consumo de materiais diminuiu e a eficiência na utilização dos recursos melhorou com o aumento do produto interno bruto. As emissões de gases com efeito de estufa diminuíram 22 % entre 1990 e 2017, tanto devido a medidas de política como a fatores económicos. A quota de fontes de energia renováveis no consumo final de energia aumentou de forma regular para 17,5 % em 2017. A eficiência energética melhorou e o consumo final de energia diminuiu para cerca do nível registado em 1990. As emissões de poluentes para o ar e para a água foram reduzidas, enquanto a captação total de água da UE diminuiu 19 % entre 1990 e 2015.

No entanto, as tendências mais recentes são menos positivas. Por exemplo, a procura final de energia aumentou desde 2014 e, se essa tendência se mantiver, o objetivo da UE para 2020 em termos de eficiência energética poderá não ser cumprido. As emissões nocivas dos transportes e da agricultura também aumentaram, e a produção e o consumo de produtos químicos perigosos mantiveram-se estáveis. As perspetivas para 2030 sugerem que a atual taxa de progresso não será suficiente para cumprir os objetivos climáticos e energéticos de 2030 e 2050. Além disso, a resposta às pressões ambientais dos setores económicos através da integração ambiental não tem sido bem-sucedida, como ilustram os impactos continuados da agricultura na biodiversidade e na poluição do ar, da água e do solo.

A Europa alcançou algum sucesso na proteção dos europeus contra os riscos ambientais para a saúde e bem-estar. Por exemplo, as águas balneares e para consumo têm, de um modo geral, uma qualidade elevada em toda a Europa. Mas, mais uma vez, existem problemas persistentes em algumas áreas e as perspetivas são preocupantes. Por exemplo, alguns produtos químicos persistentes e móveis resistem mesmo ao tratamento avançado da água para consumo. Igualmente, embora as emissões de poluentes atmosféricos tenham diminuído, quase 20 % da população urbana da UE vive em zonas com concentrações de poluentes atmosféricos superiores a pelo menos um dos padrões de qualidade do ar da UE. A exposição a partículas finas é responsável por cerca de 400 000 mortes prematuras todos os anos na Europa e os países da Europa Central e Oriental são desproporcionalmente afetados.

A saúde e bem-estar humanos continuam a ser afetados pelo ruído, por substâncias químicas perigosas e pelas alterações climáticas. A aceleração das alterações climáticas comportará provavelmente riscos acrescidos, em especial para os grupos vulneráveis. Os impactos podem surgir na forma de ondas de calor, incêndios florestais, inundações e de alterações nos padrões de prevalência das doenças infecciosas. Além

Quadro ES.1 Resumo das tendências passadas, perspectivas e previsões de atingir os objetivos/metasp de política

| Theme | Tendências passadas e perspectivas futuras | | Perspetivas de cumprir as metas de política | | |
|---|--|-----------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| | Tendências passadas (10-15 anos) | Perspetivas para 2030 | 2020 | 2030 | 2050 |
| Proteção, conservação e melhoria do capital natural | | | | | |
| Áreas terrestres protegidas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Áreas marinhas protegidas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Espécies e habitats protegidos na UE | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Espécies comuns (aves e borboletas) | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Condição e serviços dos ecossistemas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Ecossistemas aquáticos e zonas húmidas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Pressões hidromorfológicas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Estado dos ecossistemas marinhos e sua biodiversidade | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Pressões e impactes nos ecossistemas marinhos | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Urbanização e uso do solo pela agricultura e silvicultura | | | | | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Condição do solo | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Poluição atmosférica e seus impactes nos ecossistemas | | | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| Poluição química e seus impactes nos ecossistemas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Alterações climáticas e seus impactes nos ecossistemas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Economia eficiente na utilização de recursos, circular e de baixo carbono | | | | | |
| Eficiência dos recursos materiais | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Utilização circular de materiais | | | | <input type="checkbox"/> | |
| Produção de resíduos | | | <input type="checkbox"/> | | |
| Gestão de resíduos | | | <input type="checkbox"/> | | |
| Emissões de gases com efeito de estufa e esforços para a sua mitigação | | | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Eficiência energética | | | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Fontes de energia renováveis | | | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Emissões de poluentes atmosféricos | | | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| Emissões de poluentes pela indústria | | | <input type="checkbox"/> | | |
| Tecnologias e processos industriais limpos | | | <input type="checkbox"/> | | |
| Emissões de substâncias químicas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Captação de água e pressão causada nas águas superficiais e subterrâneas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Utilização sustentável dos mares | | | <input type="checkbox"/> | | |
| Proteção contra os riscos ambientais que afetam a saúde e o bem-estar | | | | | |
| Concentração de poluentes atmosféricos | | | <input checked="" type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| Impactes da poluição atmosférica na saúde e bem-estar humanos | | | | <input checked="" type="checkbox"/> | |
| Exposição da população ao ruído ambiente e seus impactes na saúde humana | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Preservação de zonas tranquilas | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Pressões relacionadas com a poluição da água e suas ligações à saúde humana | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Poluição química e riscos que afetam a saúde e o bem-estar humanos | | | <input checked="" type="checkbox"/> | | |
| Riscos das alterações climáticas para a sociedade | | | <input type="checkbox"/> | | |
| Estratégias e planos de adaptação às alterações climáticas | | | <input type="checkbox"/> | | |
| Avaliação indicativa das tendências passadas (10-15 anos) e perspectivas para 2030 | | | Avaliação indicativa das perspectivas de cumprimento de metas políticas selecionadas | | |
| | Predominam as tendências/desenvolvimentos de melhoria | Ano | <input checked="" type="checkbox"/> | Globalmente no bom caminho | |
| | As tendências/desenvolvimentos revelam um panorama misto | Ano | <input type="checkbox"/> | Parcialmente no bom caminho | |
| | Predominam as tendências/desenvolvimentos de degradação | Ano | <input checked="" type="checkbox"/> | Globalmente no mau caminho | |

Nota: O ano apresentado para os objetivos/metasp não indica o ano-alvo exato, mas sim o prazo desses objetivos ou metas.

disso, os riscos ambientais para a saúde não afetam todas as pessoas da mesma forma e existem diferenças acentuadas a nível local e regional em toda a Europa em termos de vulnerabilidade social e de exposição aos riscos ambientais para a saúde. Em geral, as perspetivas de redução dos riscos ambientais para a saúde e bem-estar são incertas. Os riscos sistémicos para a saúde são complexos e existem lacunas e incertezas importantes na base de conhecimento.

Compreender e responder aos desafios sistémicos

A persistência de grandes desafios ambientais pode ser explicada por uma série de fatores relacionados. Em primeiro lugar, as pressões ambientais continuam a ser substanciais, apesar dos progressos que têm sido feitos na sua redução. O ritmo do progresso também abrandou em algumas áreas importantes, como as emissões de gases com efeito de estufa, as emissões industriais, a produção de resíduos, a eficiência energética e a quota de energias renováveis. Isto implica uma necessidade de ir mais além no aumento da eficiência e no reforço da implementação de políticas ambientais para alcançar todos os seus benefícios.

A complexidade dos sistemas ambientais pode também significar que há um desfasamento temporal considerável entre a redução das pressões e a constatação de melhorias no capital natural, bem como na saúde e bem-estar humanos. Os resultados ambientais, como a perda da biodiversidade, são muitas vezes determinados por diversos fatores, o que significa que a eficácia das medidas de política e dos esforços de gestão a nível local pode ser contrabalançada por fatores externos. Estes incluem desenvolvimentos a nível global, como o crescimento das populações, a produção económica e a utilização dos recursos, sendo que todos eles influenciam a situação na Europa. Olhando para o futuro, estão também a surgir preocupações acerca de fatores impulsionadores de mudança, tais como os desenvolvimentos tecnológicos e geopolíticos cujas implicações não são claras.

Talvez o fator mais importante subjacente aos desafios ambientais e de sustentabilidade persistentes na Europa seja o facto de estes desafios estarem inextricavelmente ligados a atividades económicas e estilos de vida, em particular aos sistemas sociais que satisfazem necessidades como a alimentação, a energia e a mobilidade dos europeus. Consequentemente, na sociedade, a utilização de recursos e a poluição têm interligações complexas com empregos e ganhos ao longo da cadeia de valor; com grandes investimentos em infraestruturas, equipamentos, competências e conhecimento; com comportamentos e estilos de vida; e com políticas e instituições públicas.

A existência de várias interligações entre os sistemas sociais, e dentro dos próprios sistemas, significa que existem muitas vezes grandes barreiras à obtenção das mudanças rápidas e extensas que são necessárias para alcançar os objetivos de sustentabilidade a longo prazo na Europa. Por exemplo:

- Os sistemas de produção e consumo caracterizam-se por *lock-ins* e interdependência entre trajetórias, associados ao facto de os elementos do sistema — tecnologias, infraestruturas, conhecimento, etc. — se terem desenvolvido muitas vezes em conjunto ao longo de várias décadas. Isto significa que a alteração radical destes sistemas é suscetível de perturbar os investimentos, o emprego, os comportamentos e os valores, levando à resistência por parte das indústrias, das regiões ou dos consumidores afetados.

- As interligações e os mecanismos de resposta dentro dos próprios sistemas implicam que as mudanças muitas vezes produzem resultados não intencionais ou surpresas. Por exemplo, os ganhos decorrentes da tecnologia podem ficar comprometidos por mudanças no estilo de vida, em parte devido a um “efeito de ricochete” quando as melhorias da eficiência resultam em economias de custos que permitem o aumento do consumo.

- Os sistemas de produção e consumo estão também ligados direta e indiretamente, por exemplo, através da sua dependência de uma base partilhada de capital natural que fornece recursos e absorve resíduos e emissões. Este “nexo de recursos” significa que a resolução de problemas numa área pode causar danos não intencionais noutras áreas, por exemplo, a desflorestação e o aumento do preço dos alimentos devido à produção de biocombustíveis.

O caráter sistémico dos desafios ambientais na Europa ajuda a explicar as limitações das abordagens de governação existentes em matéria ambiental na concretização das mudanças necessárias. Embora tenham sido observados sinais de progresso nos sistemas alimentar, energético e de mobilidade, os impactos ambientais permanecem elevados e as tendências atuais não estão alinhadas com os objetivos ambientais e de sustentabilidade a longo prazo.

A investigação e prática crescentes nesta área fornecem orientações sobre como podem ser alcançadas mudanças sistémicas essenciais. Essas transições são processos a longo prazo que dependem inevitavelmente do aparecimento e da propagação de diversas formas de inovação que conduzem a modos alternativos de pensar e viver — novas práticas sociais, tecnologias, modelos de negócio, soluções baseadas na natureza, entre outros. É impossível saber antecipadamente com precisão que inovações irão surgir, se ou como serão integradas nos estilos de vida e como

irão afetar os resultados de sustentabilidade. As transições envolvem, portanto, inúmeras incertezas, conflitos e compromissos.

Esta compreensão da mudança sistémica tem implicações importantes para a governação. Em primeiro lugar, o governo deixa de ser visto como o “piloto”, que detém o conhecimento e os instrumentos para orientar a sociedade rumo à sustentabilidade, passando a assumir um papel de facilitador da inovação e da transformação em toda a sociedade. No que se refere ao planeamento, a hierarquia ainda tem um papel importante em alguns contextos. Mas os governos também precisam encontrar formas de potenciar os poderes dos cidadãos, das comunidades e das empresas.

Alcançar isto requer contributos dos vários domínios políticos e níveis de governo para a consecução de objetivos comuns. Os instrumentos de política ambiental continuam a ser essenciais. Mas permitir uma mudança sistémica exigirá uma combinação muito mais abrangente de políticas que promovam a inovação e a experimentação, para permitir a difusão de novas ideias e abordagens e para assegurar que as alterações económicas estruturais produzem resultados benéficos e equitativos. A complexidade e incerteza dos processos de transição implica que os governos terão também de encontrar formas de coordenar e orientar ações em toda a sociedade para o cumprimento de objetivos de sustentabilidade a longo prazo, e para gerir os riscos e as consequências involuntárias que inevitavelmente acompanham as alterações sistémicas.

Para onde vai a Europa a partir de agora?

Em conjunto, a análise das Partes 1-3 destaca a persistência, a dimensão e a urgência dos desafios com que a Europa se depara. A concretização da visão de sustentabilidade da UE para 2050 continua a ser possível, mas exigirá uma mudança na natureza e na ambição das ações. Isso significa não só reforçar os instrumentos de política estabelecidos, mas também usá-los como base para novas e inovadoras abordagens de governação. Partindo das ideias discutidas ao longo do relatório, a Parte 4 identifica várias áreas importantes em que são necessárias ações que facilitem as transições.

Reforçar a implementação, a integração e a coerência das políticas: A plena implementação das políticas existentes daria à Europa um bom avanço no sentido de alcançar os seus objetivos ambientais até 2030. Alcançar a plena implementação exigirá um aumento do financiamento e do reforço das capacidades; a participação das empresas e dos cidadãos; uma melhor coordenação entre autoridades

locais, regionais e nacionais; e uma base de conhecimento mais forte. Para além da implementação, a Europa tem de colmatar as lacunas e as insuficiências nos seus quadros de política, por exemplo no que se refere aos terrenos, ao solo e aos produtos químicos. É igualmente essencial que haja uma melhor integração dos objetivos ambientais na política setorial, bem como uma maior coerência das políticas.

Desenvolver quadros de política mais sistémicos e de longo prazo e objetivos vinculativos: O crescente conjunto de políticas estratégicas que abordam sistemas-chave (p. ex., energia e mobilidade) e que promovem a transição para uma economia de baixo carbono e circular são instrumentos importantes para estimular e orientar uma ação coerente em toda a sociedade. Mas os quadros de política de longo prazo precisam de ser alargados a outros sistemas e questões importantes, como a alimentação, as substâncias químicas e a utilização do solo. Também são necessárias estratégias transversais comparáveis noutros níveis de governação — incluindo ao nível dos países, das regiões e das cidades. O envolvimento dos diversos intervenientes no desenvolvimento de visões e roteiros transformadores é importante para refletir as diferentes realidades em toda a Europa e maximizar os benefícios ambientais, sociais e económicos conjuntos.

Liderar a ação internacional rumo à sustentabilidade:

A Europa não pode atingir os seus objetivos de sustentabilidade de forma isolada. Os problemas ambientais e de sustentabilidade a nível global exigem respostas a nível global. A UE tem uma influência diplomática e económica significativa, que pode utilizar para promover a adoção de acordos ambiciosos em domínios como a biodiversidade e a utilização de recursos. A plena implementação na Europa da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável e o apoio ativo à sua implementação noutras regiões serão essenciais para que a Europa possa assumir uma liderança global na realização de transições rumo à sustentabilidade. A utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como enquadramento geral para o desenvolvimento de políticas nos próximos 10 anos poderá constituir um passo importante para a concretização da visão da Europa até 2050.

Fomentar a inovação em toda a sociedade: Mudar de trajetória dependerá necessariamente do aparecimento e da propagação de diversas formas de inovação que podem desencadear modos alternativos de pensar e viver. As sementes para esta mudança já existem. Cada vez mais empresas, empresários, investigadores, administrações municipais e comunidades locais estão a experimentar diferentes formas de produzir e consumir. Na prática, porém, as inovações deparam-se muitas vezes com barreiras

consideráveis. As políticas e as instituições públicas têm, por isso, um papel crucial a desempenhar na facilitação uma mudança sistémica. As políticas ambientais continuam a ser essenciais, mas a inovação dos sistemas exige contribuições coerentes de diversas áreas de política, que vão desde a investigação, a inovação, as políticas setoriais e industriais à educação, ao bem-estar, ao comércio e ao emprego.

Ampliar os investimentos e reorientar o financiamento:

Embora a realização de transições de sustentabilidade exija grandes investimentos, os europeus têm muito a ganhar – não só pelos efeitos prejudiciais na natureza e na sociedade que são evitados, como também pelas oportunidades económicas e sociais que criam. Os governos precisam de utilizar plenamente os recursos públicos para apoiar a experimentação, investir na inovação e em soluções baseadas na natureza, fazer compras sustentáveis e apoiar as regiões e os setores afetados. Os governos desempenham igualmente um papel essencial na mobilização e orientação da despesa privada, moldando as opções de investimento e de consumo, e envolvendo o setor financeiro no domínio do investimento sustentável, através da implementação e do desenvolvimento do Plano de Ação da UE para o Financiamento Sustentável.

Gerir os riscos e garantir uma transição socialmente

justa: O sucesso na governação de transições de sustentabilidade exigirá que as sociedades reconheçam os potenciais riscos, oportunidades e cedências, e definam formas de as conduzir. As políticas têm um papel essencial para alcançar “transições justas”, por exemplo, apoiando empresas e trabalhadores em indústrias que enfrentam uma supressão gradual através da reconversão, de subsídios, assistência técnica ou investimentos que ajudem as regiões negativamente afetadas. A identificação precoce dos riscos e das oportunidades emergentes que acompanham a evolução tecnológica e social deve ser combinada com

abordagens adaptativas, baseadas na experimentação, no acompanhamento e na aprendizagem.

Ligar o conhecimento à ação: A realização de transições de sustentabilidade exigirá novos conhecimentos diversificados, com base em múltiplas disciplinas e tipos de produção de conhecimento. Isso inclui evidências sobre os sistemas que conduzem a pressões ambientais, as trajetórias para a sustentabilidade, iniciativas promissoras e barreiras à mudança. Os métodos prospetivos são uma forma importante de envolver as pessoas em processos participativos para explorar possíveis futuros, resultados e riscos ou oportunidades. Gerar, partilhar e utilizar plenamente as evidências relevantes pode exigir mudanças no sistema de conhecimento que liga a ciência à política e à ação, incluindo o desenvolvimento de novas competências e estruturas institucionais.

Os próximos 10 anos

Alcançar os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris exige uma ação urgente em cada uma destas áreas ao longo dos próximos 10 anos. Para ser claro, a Europa não alcançará a sua visão de sustentabilidade de “viver bem, dentro dos limites do nosso planeta”, promovendo simplesmente o crescimento económico e procurando gerir os efeitos colaterais nocivos com instrumentos de política ambientais e sociais. Pelo contrário, a sustentabilidade tem de se tornar o princípio orientador de políticas e ações ambiciosas e coerentes em toda a sociedade. Facilitar mudanças transformadoras exigirá que todas as áreas e todos os níveis de governo trabalhem em conjunto e aproveitem a ambição, a criatividade e o poder dos cidadãos, das empresas e das comunidades. Em 2020, a Europa tem uma oportunidade única de liderar a resposta global aos desafios da sustentabilidade. Agora é tempo de agir.



Sobre o SOER

A Agência Europeia do Ambiente (AEA) é uma agência da UE criada ao abrigo do Regulamento (CEE) nº 1210/90 do Conselho. O regulamento estabeleceu igualmente a Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente (Eionet) como uma rede de parceria constituída por 33 países membros ⁽²⁾ e seis países cooperantes ⁽³⁾. O mandato da AEA consiste em trabalhar com a Eionet para fornecer conhecimento, para que os intervenientes relevantes nas instituições da UE e nos países da Eionet possam tomar decisões informadas para melhorar o ambiente na Europa e evoluir rumo à sustentabilidade.

No âmbito deste mandato, uma das principais funções da AEA consiste em publicar, de cinco em cinco anos, um relatório sobre o estado do ambiente, suas tendências e perspetivas futuras. Esses relatórios têm sido elaborados desde 1995 e têm avaliado o estado e as perspetivas para o ambiente europeu, servindo de base à implementação e ao desenvolvimento de políticas na UE. Isto é feito através da monitorização das tendências passadas e da evolução rumo às metas e oportunidades futuras estabelecidas, para que a política da UE possa contribuir para a consecução de objetivos a longo prazo.

Tal como os relatórios anteriores, O Ambiente na Europa: estado e perspetivas 2020 (SOER 2020) fornece conhecimento relevante, fiável e comparável e baseia-se em muitas fontes que a AEA e a Eionet têm à sua disposição. A elaboração do relatório tem sido orientada pelo reconhecimento generalizado de que as questões ambientais estão interligadas com a maioria dos aspetos da sociedade, e que têm implicações nas perspetivas globais de alcançar a sustentabilidade, sugerindo que as partes interessadas precisam de novos tipos de conhecimento para apoiar as suas ações.

O SOER 2020 baseia-se nas conclusões do relatório anterior, publicado em março de 2015. O SOER 2015 demonstrou que, embora a aplicação das políticas da UE tenha resultado em benefícios substanciais na Europa no que respeita ao ambiente e ao bem-estar humano, a Europa enfrenta grandes desafios para dar resposta a problemas ambientais persistentes, interligados de forma complexa aos sistemas de produção e consumo. O relatório de 2015 defende a realização de transições estruturais dos sistemas de produção e consumo que causam degradação ambiental, incluindo os setores da alimentação, da energia e da mobilidade.

O relatório de 2020 surge num momento em que a sociedade está a ser desafiada pela divulgação de informações e notícias falsas. O relatório envida os maiores esforços para reconhecer esta realidade, assegurando a transparência através de uma referenciação exaustiva das fontes dos resultados científicos e de uma abordagem melhorada na avaliação e comunicação dos aspetos relacionados com a qualidade, a incerteza e as lacunas de conhecimento. O relatório foi também objeto de uma extensa avaliação pelos pares por parte da Eionet, da Comissão Europeia, do Comité Científico da AEA e de peritos internacionais.

A informação a nível nacional serve de base à implementação de políticas e facilita uma melhor partilha de novos desenvolvimentos e abordagens. Reconhecendo o desafio de aumentar a complexidade do conhecimento, o relatório apresenta avaliações resumidas consistentes em todas as suas avaliações temáticas. Por último, o relatório aborda a natureza sistémica dos desafios ambientais de hoje, incluindo os sistemas de produção e consumo acima referidos, bem como reflexões sobre a forma como a Europa pode responder aos desafios ambientais, climáticos e de sustentabilidade sem precedentes com que se depara nos dias de hoje.

⁽²⁾ Os 28 Estados-Membros da UE, em conjunto com a Islândia, o Listenstaine, a Noruega, a Suíça e a Turquia.

⁽³⁾ Albânia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Macedónia do Norte, Sérvia e Kosovo (ao abrigo da Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e em conformidade com o parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre a Declaração de Independência do Kosovo).

Agência Europeia do Ambiente

**O ambiente na Europa:
Estado e perspectivas 2020
Sumário executivo**

2019 — 14 pp. — 210 x 297 cm

ISBN 978-92-9480-121-0

doi: 10.2800/542443

Contactar a UE

Pessoalmente

Em toda a União Europeia há centenas de centros de informação Europe Direct. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em: https://europa.eu/european-union/contact_pt.

Telefone ou correio eletrónico

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia. Pode contactar este serviço:

- pelo telefone gratuito: 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar estas chamadas),
- pelo telefone fixo: +32 22999696, ou
- por correio eletrónico, na página: https://europa.eu/european-union/contact_pt.

Encontrar informações sobre a UE

Em linha

Estão disponíveis informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais no sítio Europa: https://europa.eu/european-union/index_pt.

Publicações da UE

As publicações da UE, quer gratuitas quer pagas, podem ser descarregadas ou encomendadas no seguinte endereço: <https://publications.europa.eu/pt/publications>. Pode obter exemplares múltiplos de publicações gratuitas contactando o serviço Europe Direct ou um centro de informação local (ver https://europa.eu/european-union/contact_pt).

Legislação da UE e documentos conexos

Para ter acesso à informação jurídica da UE, incluindo toda a legislação da UE desde 1952 em todas as versões linguísticas oficiais, visite o sítio EUR-Lex em: <http://eur-lex.europa.eu>.

Dados abertos da UE

O Portal de Dados Abertos da União Europeia (<http://data.europa.eu/euodp/pt>) disponibiliza o acesso a conjuntos de dados da UE. Os dados podem ser utilizados e reutilizados gratuitamente para fins comerciais e não comerciais.

Agência Europeia do Ambiente
Kongens Nytorv 6
1050 Copenhagen K
Dinamarca

Tel.: +45 33 36 71 00
Internet: eea.europa.eu
Facebook: www.facebook.com/European.Environment.Agency
Twitter: @EUEnvironment
LinkedIn: www.linkedin.com/company/european-environment-agency/
Pedidos de informação: eea.europa.eu/enquiries
Inscreva-se para receber notificações da AEA: eea.europa.eu/sign-up

TH-02-19-902-PT-N
doi: 10.2800/542443



Serviço das Publicações
da União Europeia